

Luís Orlando Borges Albuquerque

AS MANIFESTAÇÕES DO
DESPORTO UNIVERSITÁRIO
PARANAENSE NO PERÍODO
1975-1993

CURITIBA

2003

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	02
CAPÍTULO I	
O CENÁRIO DESPORTIVO IDEALIZADO NO PERÍODO 1975-1993.	06
CAPÍTULO II	
O DESPORTO UNIVERSITÁRIO PARANAENSE NO PERÍODO 1975-1993.	21
CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	41

INTRODUÇÃO

Pesquisar sobre o desporto universitário paranaense não é tarefa fácil. Uma instituição formada por universitários, cujo acervo é passado de geração para geração por mais de sessenta anos, evidentemente, apresenta uma grande deficiência de dados e documentos. O movimento político de 1964 desorganizou o movimento estudantil trazendo reflexos também na organização do desporto universitário. Arquivos e documentos perderam-se no tempo. Entretanto, como na idade média, o espírito dos monges se fez presente e alguns abnegados transportaram para o tempo presente, em seus monastérios domésticos, inúmeros documentos, mesmo contra a vontade de suas esposas, uma vez que “papel velho só enche canto”. Não fosse tal fato a reconstituição do passado da FPDU seria algo extremamente dificultoso.

O desporto universitário enquanto fenômeno social pode ser abordado por diversas disciplinas, tanto em sua estrutura interna e ou como parte integrante do universo desportivo.

O presente trabalho pretende uma abordagem nas manifestações desse segmento desportivo no período compreendido entre o ano de 1975 a 1993, no Estado do Paraná, especificamente na atuação da Federação Paranaense de Desportos Universitários (FPDU), período esse em que se tentou implantar uma Política Nacional de Esportes no Brasil, onde o desporto estudantil tinha tratamento privilegiado, aliás, assim como hoje, considerando o atual texto Constitucional (Constituição Federal de 1988. Art 217).

Podemos considerar como marco inicial desse período (1975/93) a entrada em vigência da lei nº 6.251, de 08 de outubro de 1975, a qual instituía normas gerais sobre os desportos no País.

É importante observar que o Desporto Universitário no Brasil, considerando o tratamento legal dispensado pelo Estado, pode ser analisado em quatro períodos assim especificados:

- o primeiro período remontando à pratica desportiva no meio universitário até o ano de 1941, com o surgimento do Decreto-Lei Federal nº 3.617;
- o segundo período até 1975, ano da vigência da Lei Federal nº 6.251;
- o terceiro período até 1993, com a vigência da Lei Federal nº 8.672 (Lei Zico); e

- o quarto período, alcançando os dias atuais.

As atividades desportivas universitárias no Brasil remontam ao início do século onde os esportes eram praticados nas faculdades sendo os núcleos mais desenvolvidos o Mackenzie College, de São Paulo, a Faculdade de Medicina e Cirurgia da Praia Vermelha e a antiga Escola Politécnica do Rio de Janeiro. O intercâmbio entre Rio e São Paulo através de competições datam de 1916. Os Jogos Universitários Mundiais iniciaram em 1924, em Varsóvia, sendo que a primeira participação do Brasil nesse evento data de 1939, em Monte Carlo. Existem registros de disputas entre universitários brasileiros e argentinos em 1933 e 1937. Da mesma forma, constata-se a realização da Primeira Olimpíada Universitária Brasileira, em 1935, na cidade de São Paulo; seguindo-se os Jogos Universitários de Minas Gerais, em 1938; e a Segunda Olimpíada Universitária Brasileira, realizada em 1940, novamente na cidade de São Paulo.

Entretanto, somente com a entrada do Estado Brasileiro, em 1941, como organizador e disciplinador, regulamentando por meio de normas de aplicação obrigatória em todo território nacional, é que o Desporto Universitário se consolidou, dando origem ao Sistema de Desporto Universitário Nacional, reconhecendo as Associações Atléticas Acadêmica, vinculadas aos respectivos Diretórios Acadêmicos e filiadas às Federações Estaduais, as quais, por sua vez, eram aglutinadas em uma confederação nacional – Confederação Brasileira de Desportos Universitários (CBDU), como legítimas representantes desse segmento.

A Federação Paranaense de Desportos Universitários (FPDU), assim foi fundada em 19 de setembro de 1941, quatro dias após a assinatura do Decreto 3.617, pelo Presidente Getúlio Vargas.

No período de 1941-1975, a atuação da FPDU transcendia as manifestações esportivas no meio universitário permeando a vida acadêmica de forma geral, pois era comum ver a FPDU envolvida em diversas outras atividades, como promotora ou participante, tendo inclusive, em 1956, inscrito uma atleta de voleibol, Ivoni Lour - Rainha dos Desportos Universitários de 1955, como candidata ao concurso de Miss Paraná, a qual acabou por vencer o certame, sem falar em concursos, como um curioso, em 1948, de músicas, promovido em um programa de rádio intitulado “Quarto de Pensão”, eventos esses que mobilizavam a população da bucólica Curitiba ou como diziam alguns, da “Coimbra Brasileira”.

Por sua vez, se as primeiras competições desportivas envolviam apenas seis curso, Medicina, Engenharia, Veterinária, Direito, Agronomia e Química Industrial, consagrando o

clássico “Eng-Med”, já, nas décadas de 60/70, com a participação das instituições do interior do Estado, multiplicaram-se os cursos participantes, bem como a hegemonia nas competições, no final dos anos sessenta, já não era mais da famosa dupla. Em 1962, o interior já contava com algumas cidades detentoras de cursos universitários como Londrina, Araçongas, Ponta Grossa, Paranaguá, União da Vitória, Jacarezinho e Apucarana. Em 1974, os Jogos Universitários Paranaenses já eram disputados pela Universidade Federal do Paraná, Universidade de Londrina, Universidade de Maringá, Universidade de Ponta Grossa dentre outras, bem como uma seleção das Faculdades Isoladas.

Na verdade, os períodos históricos inicialmente referidos não devem ser concebidos como fases estanques e sim como tentativa de se impor um modelo, por meio de dispositivos legais, a fim de melhor atingir os objetivos almejados na época com a atividade desportiva. Tal afirmação é facilmente verificável pela simples observação da legislação de 1941, a qual, na prática, veio somente oficializar o sistema já espontaneamente gerado, porém, aperfeiçoando alguns aspectos como a indicação de fontes de receitas fixas e a unificação do sistema entre outros. Nesse sentido, Agerson Tabosa Pinto, membro da CBDU por muitos anos, inclusive no período enfocado (1975-1993), em seu estudo intitulado “Panorama dos Desportos Universitários no Brasil” assim se refere a esse tópico:

“Ensinar os romanos que o direito se origina dos fatos – “ex factis óritur jus” - verdade consagrada pelas mais modernas teorias, como a teoria tridimensional de Miguel Reale, segundo a qual a realidade jurídica é resultado da integração do fato, norma e do valor. Se, no Brasil, muitas vezes, a norma precede o fato, de que são exemplos, segundo Oliveira Viana, as nossas primeiras Constituições, tal não ocorre no Direito Desportivo. Antes que o Decreto-Lei nº 3.617, de 15 de setembro de 1941, estabelecesse as bases do desporto universitário brasileiro e oficializa-se a Confederação Brasileira de Desportos Universitários (CBDU), como sua entidade “mater”, já existia a Confederação Universitária Brasileira de Desportos (CUBD), fundada em 1939. Dentre suas filiadas mais antigas, estavam a Federação Atlética dos Estudantes (FAE), do Rio de Janeiro, e a Federação Universitária Paulista de Esporte (FUPE), nascidas em 1933 e 1934, respectivamente.”

Adotando a mesma linha, podemos verificar que a Lei nº 6.251/75, no Paraná, veio legitimar um modelo de disputa dos Jogos Universitários Paranaenses, já em execução, onde, ficticiamente, as Associações Atléticas Acadêmicas eram constituídas por Instituição de Ensino Superior, como no caso já referido dos Jogos Universitários Paranaenses de 1974, portanto antes mesmo da legislação federal vir a implantar esse modelo. Interessante registrar que tal modelo, uma AAA. por Instituição de Ensino Superior, Universidade ou Faculdade Isolada, foi gerada no Estado do Paraná pela necessidade de viabilizar os jogos estaduais, uma vez que a participação de

estudantes do interior do estado era maciça e, se fosse por cursos, não haveria como hospedar e nem tempo hábil para realização do evento, sem considerar o alto custo financeiro.

Comparando as legislações citadas, podemos afirmar que a grande diferença da lei de 1941 para a de 1975, reside no fato de aquela reconhecer as Associações Atléticas Acadêmicas vinculadas aos Diretórios Acadêmicos e a outra instituir uma Associação Atlética Acadêmica por Instituição de Ensino Superior, composta por professores e alunos. Observe-se, como já comentamos, o ultimo modelo é o mais apropriado para permitir a participação de representações de todo o estado em um único evento, no caso dos Jogos Universitários Paranaenses.

Por sua vez, se o modelo previsto na Lei nº 6.251/75, no caso do Estado do Paraná, veio somente ratificar o modelo já praticado em seu evento maior, os JUP's, trazendo prejuízos relevantes e desconfortos mais na área da política estudantil, em outros estados, porém, sua eficácia foi duramente criticada e contestada por gerar contradições insanáveis, a exemplo de alguns estados onde o ensino superior era exercido apenas por uma Instituição de Ensino (Universidade), resultando, portanto, na existência de somente uma AAA, filiada a uma federação quando a própria lei exigia, no mínimo, três AAA.s para constituir uma federação estadual, sem considerar ainda a antiga tradição das federações cujos Estados se identificavam com o exemplo. A propósito ainda dos reflexos de uma legislação nacional em cada Estado vale citar o caso do Estado do Rio de Janeiro, onde as Instituições de Ensino Superiores encontravam-se concentradas em áreas próximas fazendo com que uma competição estadual prescindia de hospedagem e alimentação e, portanto, o tempo da competição e o numero de participantes apresentam-se como fatores de pouca relevância para limitação dos eventos, bem como permitia uma diminuição nos custos e uma maior arrecadação possibilitada pelo número de competidores.

Feitas essas considerações iniciais já podemos concluir que a normatização do Sistema de Desportos Universitários no Brasil, apresenta-se como fator de relevância, dada às diferenças regionais, diferenças essas refletidas principalmente nos custos dos eventos e organização política das entidades.

CAPITULO - I

O CENÁRIO DESPORTIVO IDEALIZADO NO PERÍODO 1975-1993

1- EDUCACAO FÍSICA E DESPORTOS

Antes de entrarmos na exposição da organização desportiva nacional prevista para a época, são necessárias algumas considerações sobre Educação Física e Desporto.

A Lei nº 6.521/75, continha em seus preceitos iniciais disposições inequívocas sobre como deveria ser organizado o desporto no país e o que podia ser considerada atividade desportiva como podemos extrair dos seguintes dispositivos legais:

Art.1º - A organização desportiva no país obedecera ao disposto nesta Lei, à regulamentação subsequente e às Resoluções que o Conselho Nacional de Desportos expedir no exercício de sua competência.

Art.2º - Para os efeitos desta Lei, considera-se desporto a atividade predominantemente física, **com finalidade competitiva**, exercitada segundo regras preestabelecidas. (grifo nosso)

Em um artigo intitulado “ORIGENS DO MOVIMENTO DESPORTIVO MODERNO”, o Cel. Osny Vasconcellos, Presidente do Conselho Regional de Desportos do Paraná (CRD-PR), no final da década de setenta, assim se referiu a essas praticas:

“A concepção Francesa diferencia Educação Física de Desporto, considerando a primeira como os exercícios físicos que objetivam melhorar a capacidade e as condições físicas do homem, enquanto a segunda visa participar, competir e vencer. Em outras palavras, quando uma criança aprende a nadar, está fazendo Educação Física, quando participa de torneios natatórios está praticando Desporto.

O Brasil adotou a tese francesa, começando com nossas duas primeiras escolas formadoras de professores especializados que tiveram orientação francesa, através da Missão Militar Francesa existente em nosso País nos anos 20 e 30, que foram, respectivamente, as escolas de Educação Física do Exército e da Polícia de São Paulo. Todas as demais escolas brasileiras querem estatais ou particulares, mantiveram a denominação Escola de Educação Física.”

Como podemos concluir o desporto universitário nasceu e vive para promover competições desportivas entre universitários, estimulando indiretamente a prática da Educação

Física através do esporte, bem como produzindo os benefícios decorrentes desta prática, como vida saudável, combate aos vícios, integração e espírito de grupo, formação de caráter e, porque não, promovendo a afloração de vocações tanto para a administração esportiva como para lideranças de segmentos na sociedade como se verifica ao longo da saga da FPDU.

Tal conceito é importante no presente trabalho por ser pressuposto para uma boa compreensão do conteúdo, evitando-se, como muitas vezes ocorre, confundir a atividade recreativa com educação física curricular e, ambas, com a prática de desporto universitário e, ultimamente, com desporto de entretenimento.

2 - A ORGANIZACAO NACIONAL

A Lei nº 6.215/75, regulamentada pelo Decreto nº 80.228, de 25 de agosto de 1977, trazia em seu espírito a sensação da efetiva observação dos fatos da atividade desportiva nacional, propondo um plano para melhor canalizar os recursos e a energia despendida na atividade desportiva no País. A postura referida apresentava-se como necessária, pois se notava um desperdício muito grande de esforços e recursos públicos e privados, em atividades e eventos que não atingiam na maioria das vezes nenhum objetivo.

Eram investimentos em equipamentos, competições, torneios, promoções, atividade esparsas, que devido a sua falta de sentido, continuidade e direcionamento, além de desperdício de recursos ou retornos questionáveis acabavam por afastar potenciais campeões olímpicos das atividades desportivas. O eterno exemplo era a ausência de um calendário desportivo nacional, integrado dentro de um sistema, bem como instituições com objetivos e funções bem definidas.

Buscando essa continuidade, sentido e direcionamento, estudando-se a forma mais racional de aliar a função social do esporte e o poder interventor do Estado na sua missão de conduzir os esforços nacionais em busca do bem – estar social, foi criado, então, através da Lei 6.251/75 e Decreto 80.228/77, o Plano Nacional de Educação Física e Prática de Desporto.

No sentido de ordenar as atividades desportivas no País, o desporto foi dividido através das citadas normas, para efeito de organização e estruturação, em:

I - DESPORTO ESTUDANTIL

- **Escolar (1º e 2º graus)**
- **Universitário**

II - DESPORTO COMUNITÁRIO

III - DESPORTO MILITAR

IV - DESPORTO CLASSISTA

O Desporto Escolar compreendia as atividades desenvolvidas pelos Clubes Escolares (Entidades Básicas do Desporto Escolar) sob o controle, supervisão e direção dos órgãos competentes dos estados – membros e dos municípios. No caso do Paraná, essa atribuição era imputada à Secretaria do Estado da Cultura e Esporte e Prefeituras. E o Desporto Universitário, que compreendia as atividades desenvolvidas pelas Associações Atléticas Acadêmicas (Entidades Básicas do Desporto Universitário) sob o controle e supervisão das federações esportivas universitárias dos estados – membros, como é o caso, no Paraná, por exemplo, da Federação Paranaense de Desporto Universitário – F. P. D. U., todas filiadas à Confederação Brasileira de Desportos Universitários – CBDU.

O Desporto Comunitário compreendia as atividades das Associações Desportivas filiadas às Federações especializadas, que por elas são controladas e supervisionadas.

O Desporto Militar coordenaria as atividades desportivas desenvolvidas dentro das Forças Armadas e Auxiliares.

O Desporto Classista visava a fomentação e criação de Associações Atléticas de Trabalhadores, as ADC.s, objetivando a participação em competições entre eles sob a coordenação do Ministério do Trabalho, quanto à organização deste segmento. No entanto, o próprio Desporto Comunitário veio a desenvolver essa missão, informalmente, até o Conselho Nacional de Desportos-CND, por meio da Deliberação nº 03/80, regulamentar as formas de filiações, legalizando assim, as condutas já praticadas.

Indubitavelmente, a ação dos poderes públicos seria ineficaz se tentasse a aplicação de recursos em todos esses segmentos, e dentro desse princípio foi criada uma ordem prioritária, materializada no artigo 7º, item I, do Decreto 80.228/77, que dispõe:

“Art. 7º- A ação do Poder Público exerce-se-á, prioritariamente:

I - NA ÁREA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTO ESTUDANTIL, MEDIANTE A CRIAÇÃO E O REVIGORAMENTO DE INSTRUMENTOS LEGAIS E A CANALIZAÇÃO DE RECURSOS DOS GOVERNOS FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL, PARA ESTIMULAR A PRÁTICA DAQUELAS ATIVIDADES, BEM COMO A EXPANSÃO DO POTENCIAL EXISTENTE; (destaque nosso)

II - Na área de desporto de massa, mediante a motivação, mobilização e implantação, pela conjugação de esforços do Governo Federal, Estadual e Municipal, da iniciativa privada e da comunidade em geral.

III - Na área do Desporto de alto nível, mediante a criação de estímulos, de qualquer natureza, à atividade desportiva comunitária.

POR QUE O DESPORTO ESTUDANTIL ERA PRIORITÁRIO?

3 - O DESPORTO ESCOLAR

Partindo do pressuposto que a prática desportiva necessita de local apropriado, equipamentos e instruções adequadas, encontramos como entidades básicas da cultura brasileira as escolas de 1º e 2º graus, pois em qualquer município, pode não existir clubes, associações desportivas, equipamentos desportivos, mas, possivelmente haverá uma escola, ao menos de 1º Grau.

O conhecido filósofo grego “Platão”, ao referir-se ao desporto em uma de suas obras, “A REPÚBLICA”, diz:

“...no Estado ideal, o individuo até os 10 anos deve ter sua educação predominantemente física, todas as escolas terão ginásios e campos de jogos . Jogos e desportos preencherão todo curriculum. A saúde adquirida nessa primeira década tornará desnecessária a medicina . A partir dos 10 anos deve ser iniciado em desporto coletivo onde aprenderia a necessidade de construir uma unidade como membro de uma comunidade, aprendendo que são partes integrante uns dos outros e se devem mutuamente certas atenções e deveres.”

Ora, se desde a Grécia antiga já havia essa percepção da importância da atividade física na idade escolar e, somando-se ao fato da legislação já determinar a obrigatoriedade da prática de educação física nos ensino de 1º e 2º Graus, o não aproveitamento de toda essa estrutura já disponível para um objetivo desportivo seria, no mínimo, uma falta de visão estratégica do governo para não usarmos outros termos. Assim como Platão já observara no passado é indiscutível no presente que a iniciação da prática desportiva ocorre no período escolar. Vejamos então como o legislador possibilitou a exploração de tais características:

I - A partir dos ensinamentos de educação física era possível a observação e direcionamento das crianças que demonstrem alguma capacidade atlética em potencial.

a) - essa atividade não traria ônus adicional nenhum às instituições, uma vez que os profissionais que atuam nessa área são professores contratados para o ensino regular.

II - Os indivíduos que demonstrassem algum potencial previsto no item anterior seriam absorvidos pelos Clubes Escolares que tenham como finalidade a atividade competitiva, ou seja, desportiva .

- a)- a lei previa para os efeitos de vinculação junto à estrutura organizacional do Desporto Escolar, que os estabelecimento de ensino de 1º e 2º Graus seriam representados pelos Clubes Escolares;
- b)- a lei assegurava que todos os alunos regularmente matriculados no estabelecimento de ensino são associados do respectivo Clube Escolar, independente de contribuições financeiras;
- c)- o presidente do Clube Escolar era o diretor do estabelecimento de ensino ou seu representante legal;
- d) - ao Clube Escolar era permitido associar-se:
 - 1) - professores e servidores do estabelecimento de ensino;
 - 2) - pais de alunos do estabelecimento de ensino;
 - 3) - professores e líderes da comunidade que participassem ativamente das promoções do Clube Escolar;
 - 4) - as crianças e os jovens carentes que, em idade escolar, não estiverem matriculados em estabelecimento do ensino de 1º e 2º Graus poderiam associar-se a um Clube Escolar, sem a obrigatoriedade de qualquer contribuição financeira.

4 - O PAPEL DO ESTADO

A Constituição Federal em vigência no período enfocado atribuía à União a competência para legislar sobre desportos, propiciando assim, ao governo, poderes ilimitados para moldar a estrutura e organização das atividades ao sabor de suas conveniências.

No uso dessas prerrogativas demarcou o papel do Estado nesse segmento, por meio da Lei nº 6.521/75, expressando-se da seguinte forma:

Art.3º - A União, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios e os Municípios conjugarão recursos, técnicos e financeiros, para promover e incentivar a prática dos desportos em suas diversas modalidades.

Art.4º - Observadas as disposições legais, a organização para a prática dos desportos será livre à iniciativa privada, que merecerá o amparo técnico e financeiro dos Poderes Públicos.

Art.5º -

Art.6º - Caberá ao Ministério da Educação e Cultura elaborar o Plano Nacional de Educação Física e Desportos (PNED), observadas as diretrizes da Política Nacional de Educação Física e Desportos.

Parágrafo único – O PNED atribuirá prioridades a programas de estímulo à educação física e **desporto** estudantil, à prática desportiva de massa e ao desporto de alto nível.(grifo nosso)

Sendo o estado responsável pela fomentação das atividades nesse segmento, cabia a ele a realização de um sistema de competições, a partir dos municípios passando por competições regionais e após as estaduais.

Tal missão também se apresentava de forma inequívoca no desdobramento da legislação produzida onde encontramos as seguintes referências:

Art.139 – Ao órgão do ministério da Educação e Cultura a que for atribuída a competência normativa e disciplinadora de desporto escolar, caberá:

I – promover e realizar os eventos desportivos escolares de caráter nacional;

V – supervisionar a realização dos Jogos Escolares Regionais e Estaduais, bem como baixar normas gerais para sua execução. (Decreto nº80.228/77)

Art.9º - Ao órgão do Município a que for atribuída competência normativa, disciplinadora e de direção do Desporto Escolar, na área de sua jurisdição, caberá, obedecidas as disposições da legislação citada no art.1º, desta Portaria:

I -

II – planejar, regulamentar, promover e realizar eventos esportivos escolares; (Portaria nº 001/82, da Secretaria de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e da Cultura).

As políticas adotadas por municípios e unidades federativas variavam de acordo com suas realidades regionais e conveniências, algumas talvez inconfessáveis. Os debates referentes às formas de organização das competições eram impregnadas de interesses políticos. Muitos princípios eram relevados ou ignorados. A título de exemplo das idéias da época transcreveremos o pensamento do autor contido em um ensaio intitulado “ASPECTOS DO DESPORTO UNIVERSITÁRIO PARANAENSE” divulgado a partir do ano de 1984:

“Para melhor resultado tanto em termos técnicos como financeiros (patrocinador), deve haver a realização de dois campeonatos anuais. No primeiro semestre, campeonatos de seleções municipais, regionais e finalmente estaduais que devem ser integradas por equipes compostas por atletas convocados a partir das referidas competições. Isso objetiva possibilitar que o atleta de um município sem muita tradição esportiva possa, através de sua própria capacidade, projetar-se no cenário esportivo nacional, em outras palavras, ao participar de competições municipais é convocado para representar seu município em competições regionais. Sobressaindo- se nessas competições asseguraria sua convocação em equipes representativas da região a que pertence ganhando a oportunidade de participar dos campeonatos estaduais, estes realizados entre as seleções regionais. Demonstrando constante aprimoramento, tem a oportunidade de compor as seleções estaduais que durante o mês de julho participavam das competições nacionais. Dessa forma, deve ser encerrada a atuação estatal no primeiro semestre, para que na segunda metade do ano, inicie-se as competições entre clubes escolares que tem como objetivo proporcionar retorno tanto ao clube como ao patrocinador que melhor investissem nas suas atividades desportivas. Digamos que uma determinada empresa decida investir em um Clube Escolar. Ora, esse patrocinador, que poderá ser até mesmo o próprio estabelecimento de ensino, poderia ver a sua equipe tornar-se campeã estadual jogando com seu uniforme e com sua marca.”

É importante ressaltar que somente no ano de 1983, o Conselho Nacional de Desportos - CND, autorizou o uso de propaganda de patrocinador em uniformes nas competições amadoras oficiais.

O sistema de competições envolvendo seleções municipais, regionais e estaduais apresentava-se naquela época da mesma forma de hoje como melhor instrumento de democratização e proteção do mérito esportivo individual uma vez que propiciava a qualquer atleta a participação em competições de maior nível técnico, independentemente das limitações de seu clube de origem, notadamente nos esportes coletivos, onde se destacam os talentos e logo são pinçados para centros tecnicamente mais evoluídos. Para exemplificar digamos que um determinado Clube Escolar possua um atleta de potencial talento desportivo ao qual juntam-se atletas limitados e, participando de uma competição municipal, não consigam resultado expressivo pela limitação do conjunto. Nesse caso, sobressaindo-se o talento, o mesmo integrará a seleção regional e destacando-se, a seleção estadual, podendo alcançar a participação em competições nacionais onde seria maior a possibilidade de absorção pelo desporto universitário, classista ou comunitário. Ao contrário, nas competições envolvendo somente clubes escolares, derrotado na fase municipal, ficaria sem possibilidade de participação de competições de maiores envergaduras.

No entanto, em um exercício analógico com o futebol, tinha-se que considerar que o investimento é feito na base, pelo clube escolar, como no futebol pelos clubes, “os clubes pagam os salários e fazem os investimentos”, e o sistema tem de garantir retorno a essas entidades quer como forma de estímulo ou retorno financeiro pelos investimentos feito.

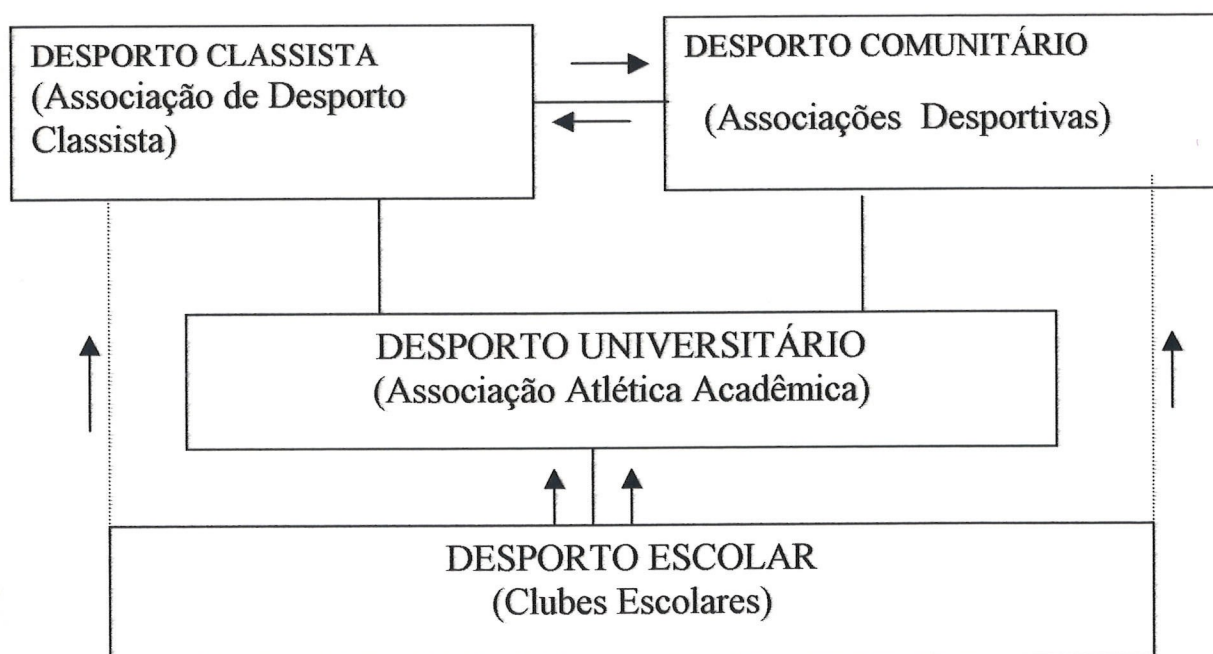
Nesse caso, o Campeonato de Clubes Escolares apresentava-se como imprescindível vez que possibilitaria a uma instituição, após vencer as etapas municipais, regionais, estaduais e nacional, participar da “GINASIÁDES”, que vem a ser a competição internacional de Clubes Escolares.

Como podemos ver, o sistema assim estruturado além de criar objetivos a serem atingidos proporcionava um trabalho profundo e justo para aqueles profissionais dedicados ao desporto. Entretanto, o sistema ficaria incompleto se não fosse protegida a figura do treinador ou comissão técnica desses clubes quando das competições por seleções. Nesse sentido deveria constar nos regulamentos das competições o critério de convocações dos técnicos assegurando ao campeão de cada fase o direito de dirigir a seleção na etapa seguinte.

O sistema, como pudemos observar, demonstra alto grau de racionalização, mas, infelizmente a sua amplitude e eficácia atingiam determinadas modalidades esportivas, a exemplo

do futebol, voleibol, futsal, handebol, basquetebol, algumas provas de atletismo, ciclismo, xadrez, tênis de mesa e outros cuja prática não exigiam equipamentos mais sofisticados ou de custos elevados como natação, hipismo, esgrima, tiro ao alvo, iatismo, pesca submarina, remo e etc..., os quais, devido a sua elitização, seriam fomentados e praticados por iniciativa das federações comunitárias especializadas. Importante registrar que no Brasil existem mais de 100 (cem) modalidades desportivas e, da mesma forma, não esquecer que o desporto escolar tem caráter prioritariamente educacional e, pela massa envolvida, também, participativo.

Isso posto, já podemos visualizar o desporto escolar fornecendo o que o Brasil tem de melhor em termos de atleta na faixa de 08 a 18 anos, para que estes sejam absorvidos, assim como os técnicos competentes, pelo desporto universitário, comunitário e classista.



* As linhas pontilhadas representam as variações que também podem ocorrer devido a impossibilidade de todos atletas de nível serem absorvidos pelas instituições de ensino superior.

A implantação desse sistema traria como benefício imediato uma redução dos custos suportados pelas filiadas das federações comunitárias uma vez que eram obrigadas a manterem categorias de base, a exemplo de escolinhas, equipes infantil, juvenil, etc..., a fim de alimentarem de bons atletas os seus quadros principais quando, mais racional, seria a concentração dos investimentos nas equipes adultas. Da mesma forma, as federações comunitárias deveriam também concentrar seus investimentos somente nas categorias adultas, considerando que aplicavam recursos públicos em competições de categorias de base quando mal tinham condições de promover a divisão principal. Junte-se também como fato incontroverso o limitado número de filiados nas federações cujas promoções não envolviam parcelas significativas da população.

5 - O DESPORTO UNIVERSITÁRIO

UM HOMEM SÓ ATLÉTA NÃO PASSA DE UM SELVAGEM

“Platão”

Partindo do princípio de que a finalidade social do desporto é a integração físico-intelectual do homem, sem dúvida, encontramos o desporto universitário como estágio obrigatório daqueles que, advindo do desporto escolar, encontrem nas instituições de ensino superior a lapidação desportiva essencial ao seu aprimoramento, estimulando-os a prática desportiva e, em alguns casos, alimentando o sonho da “glória olímpica”, uma vez que encontram bons equipamentos e profissionais competentes em grande número nas escolas superiores, bem como, a tranquilidade necessária para essa atividade, pois têm a certeza de que ao terminarem seu período universitário – além das glórias obtidas, estarão profissionalmente preparados para outra atividade social.

A carreira de um atleta é marcada por diversos fatores de instabilidades, os quais podem determinar sua evolução para o alto rendimento, com a profissionalização, mesmo que velada, ou simplesmente permitem ao mesmo atingir o limite de suas aptidões físicas, concorrendo para adoção de uma vida saudável, absorvendo os valores positivos que a prática desportiva proporciona.

No caso do atleta evoluir para o alto nível a passagem pelo desporto universitário apresenta-se como de vital importância considerando a carga de sacrifício a que é submetido, com

dedicação integral, impedido de exercer qualquer outra atividade remunerada. Resumindo, investe seu tempo e futuro somente no esporte.

A experiência brasileira demonstrou e demonstra ao longo do tempo o despreparo dos atletas de alto nível para sobreviverem sem a atividade desportiva. Muitos que interrompem suas carreiras por qualquer motivo, a exemplo de uma contusão irrecuperável, o avanço da idade, declínio técnico precoce, e não tendo se preparado financeiramente para seguir a vida, quer investindo o que ganharam com o esporte, quando ganham, ou preparando-se para exercer outra atividade cuja renda fosse compatível com seu padrão de vida, acabam, algumas vezes, sucumbindo, viciados, degradados, quando não em depressão profunda. Os exemplos emblemáticos dessa realidade são encontrados com mais frequência no futebol. Os ídolos de outrora, volta e meia, são encontrados em favelas, embriagados em logradouros públicos, ignorados pelos fãs de ontem e, em alguns casos, até mesmo esmolando. Nessa ora nem as federações ou clubes apresentam-se para prestar qualquer apoio. Ninguém assume a responsabilidade de prestar assistência àquele talento cuja carreira fora interrompida por uma lesão irrecuperável provocada por um acidente qualquer. Esse atleta, chegando a maturidade esportiva, já com idade avançada para recomeçar, preparando-se para exercer outra atividade profissional, certamente terá enormes dificuldades para se manter.

Por outro lado, vejam o caso do atleta Ricardo Prado, entre outros, que, cursando uma universidade americana, apoiado por bons técnicos, contando com excelentes equipamentos desportivos e a tranquilidade de quando tiver, por qualquer motivo, de encerrar sua carreira como atleta de competições, estará habilitado a exercer outra atividade econômica, no caso, a de Administrador de Empresas. Essa é a responsabilidade social do Estado. Sua ação deve ter como parâmetro a função social do esporte, ou seja, além da integração físico-intelectual do homem, a segurança futura para aqueles que se propõe, por aptidão, vocação ou desafio pessoal, a colaborar com o homem na busca de seus limites extremos.

Entretanto, ao contrário do que possa parecer o desporto universitário nunca ficou restrito ao desporto de alto rendimento. O que mais predominava era atividade educativa, participativa e de integração e conagração entre universitários, os quais, por meio da atividade desportiva exercitavam suas capacidades de lideranças, de se auto-organizarem, competirem de modo limpo e com lealdade, praticando os ideais olímpicos onde “o importante não era vencer e sim, competir. Assim também na vida importa menos o triunfo do que a luta. O essencial não é ter vencido e sim ter lutado bem!”. Ou, mais ainda, procurando atingir os objetivos de Coubertin quando dizia: “os povos se odeiam por que não se conhecem . Façamos dos Jogos Olímpicos um

instrumento de aproximação desses povos” . Enfim, revelando que o “Desporto Universitário é um fenômeno social que supre às necessidades de intercâmbio e integração física, cultural e social dos universitários.” (Hatzidakis, 1992)

Só para se ter uma idéia, o Diretório Acadêmico da Faculdade de Administração e Economia (FAE), de Curitiba, faculdade com três cursos - administração, economia e contábeis, no final dos anos 70, promovia um tradicional campeonato de futebol de salão com a participação de mais de 30 (trinta) equipes. Os Jogos Internos das Universidades Federal, Católica, Ponta Grossa, Londrina e Maringá, entre outras, envolviam grande parcela da comunidade universitária quando não, a população da cidade, a exemplo dos Jogos da Primavera em Ponta Grossa.

A constatação dessa realidade encontra-se expressa em trabalho publicado pela Comissão de Reformulação do Desporto Nacional, instituída pelo Decreto nº 91.452/85, onde, entre outras conclusões, “indica que o esporte universitário seja concebido e difundido nas (3) manifestações do conceito de esporte indicado para o Brasil.”, conceitos esses denominados Esporte-educação, Esporte-participação e Esporte-performance.

Na verdade, a necessidade de inclusão do desporto universitário dentro de um plano nacional respondia única e exclusivamente à idéia de maximização dos meios disponíveis nas instituições de ensino superior, cuja maioria se mantém direta ou indiretamente por meio de recursos públicos e, em grande parte, mantém seus equipamentos e praças na ociosidade quando podiam estar a serviço do Desporto Nacional.

COMO ESTAVA PREVISTA A ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO DESPORTO UNIVERSITÁRIO?

Historicamente, na área universitária reside o maior potencial de lideranças e aglutinação de indivíduos visando fins específicos. Também na atividade desportiva, as mobilizações e iniciativas dos universitários sempre demonstraram essa capacidade, haja vista a criação de associações atléticas antes mesmo da interferência do Estado como elemento normatizador da atividade nesse segmento desportivo. Lembramos ainda, de que há varias décadas atrás, as dificuldades para a organização de atividades desportivas eram maiores do que as de hoje. Porém, no período abordado (1975-1993) já se contava com uma infra-estrutura praticamente instalada em todas as cidades onde existia uma Instituição de Ensino Superior (I.E.S.). Em

decorrência, a atividade desportiva universitária requeria apenas uma organização administrativa que, como veremos, não era tão difícil de se obter.

A esse respeito dispunha o Decreto n.º 80.228/77. :

.....
 Art.133. – As associações atléticas académicas, entidades básicas de organização nacional dos desportos universitários, constituem os centros em que os desportos universitários são praticados.

Art.134. – em cada instituição de ensino superior haverá uma associação atlética académica, com personalidade jurídica de direito privado, constituída por alunos e professores, destinada a prática de desportos e a realização de competições desportivas, e que será filiada à Federação Desportiva Universitária dirigente do desporto, no respectivo Estado, Distrito Federal ou Território.

§ 1º

§ 2º

§ 3º

§4º

Art.136. – Caberão às associações atléticas académicas as atribuições de planejar, coordenar e programar a realizações de competições esportivas internas das instituições de ensino superior que representarem.

.....

Assim, para constituição de uma associação desportiva necessitava-se basicamente dos seguintes elementos:

I - SÓCIOS

a) A legislação reconhecia a Associação Atlética Acadêmica (A.A.A.), formada por professores e alunos da I.E.S.

II - SEDE

a) Toda I.E.S. possuía espaço necessário para uma sede administrativa (sala).

III - EQUIPAMENTOS DESPOTIVOS

a) Toda I.E.S era obrigada, sob pena de perder a concessão, possuir condições mínimas que proporcionassem a prática de desportos.

IV - PROFISSIONAIS DO ESPORTE

a) Toda I.E.S. possui um Departamento de Educação Física, onde, em grande parte, localiza-se um número razoável de professores (técnicos) de bom nível.

V - MATERIAL HUMANO PARA FORJAR ATLETAS E COMPOR EQUIPES.

a) AS I.E.S. é o caminho natural dos atletas oriundos do desporto escolar.

b) Na área universitária é o local onde reside o maior potencial atlético-intelectual.

- não se pode argumentar que o problema de frequência gera transtornos nos treinamentos e atividade desportiva pelos seguintes fatos:

1- a maioria dos atletas de nível no Brasil era ou foram universitários;

2- a atividade acadêmica nunca impediu que os atletas treinassem em clubes ou participassem de competições a qualquer nível.

VI - RECURSOS FINANCEIROS.

a) Doações;

b) Mensalidades;

c) Patrocínios;

d) Outros.

Diante do exposto podemos concluir que existe um clube em potencial montado em cada I.E.S. à espera, somente, de gerenciamento, ou seja, uma ou um grupo de pessoas para dar vida ao mesmo.

Uma vez constituída a A.A.A., já se poderia contar com uma entidade cuja missão era a manutenção das atividades desportivas, bem como a manutenção do esporte de nível do estabelecimento de ensino, em outras palavras, partindo de baixo para cima, podemos vislumbrar a estrutura da organização do Desporto Universitário no Brasil:

ORGANIZAÇÃO DO DESPORTO UNIVERSITÁRIO

1- A I.E.S. massifica o desporto universitário por meio do Departamento de Educação Física.

- a ação deverá ser direcionada na realização de competições internas entre alunos do mesmo curso ou área.

2 – A A.A.A. seleciona os alunos mais aptos e constitui o desporto de nível da I.E.S.

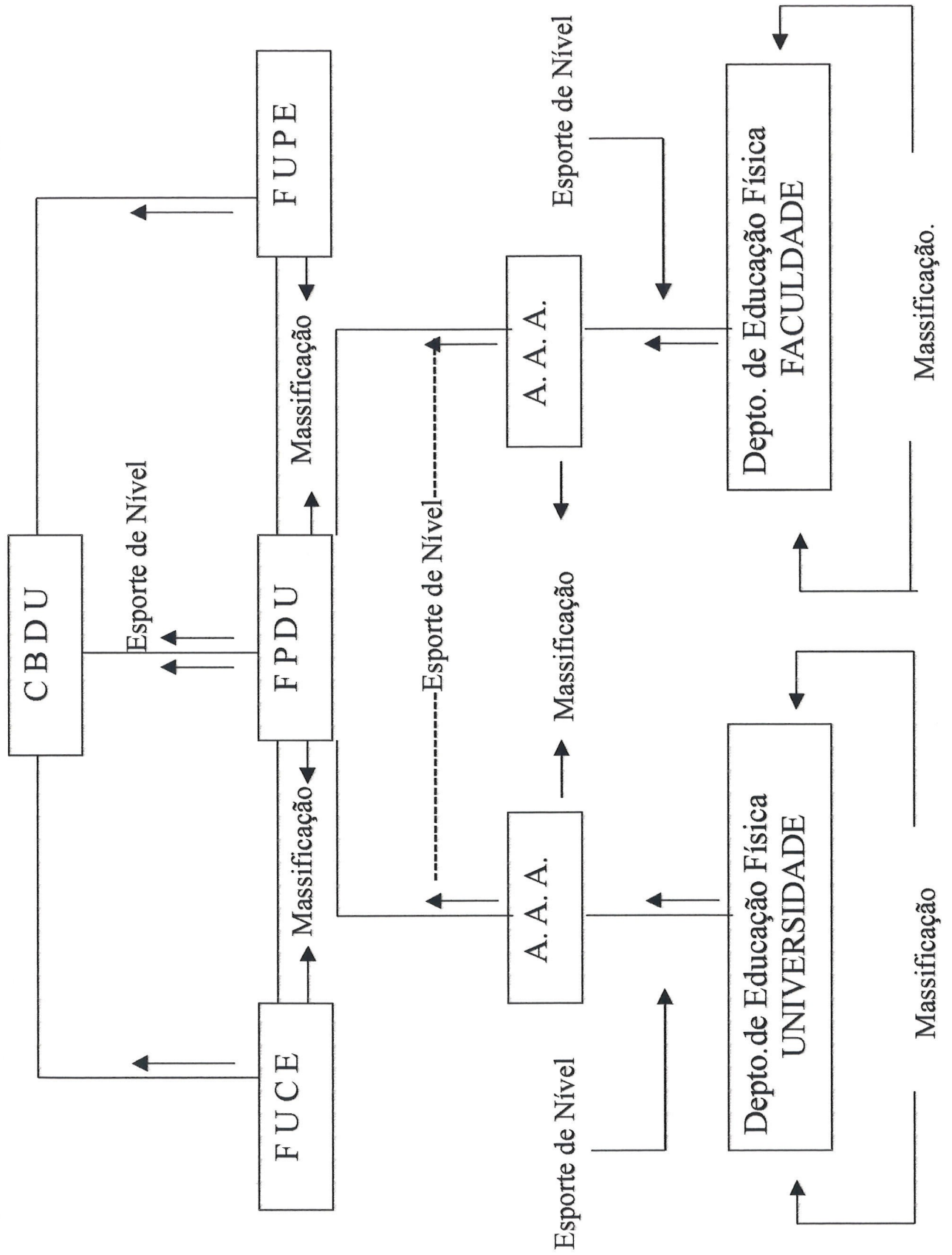
- cabe a A.A.A. realizar competições entre seleções de cursos ou áreas com a finalidade de selecionar atletas mais aptos para comporem as seleções que irão representar a A.A.A. em competições municipais, estaduais, nacionais e internacionais.

3 – A F.P.D.U. massifica o desporto de nível das A.A.A. e constitui o desporto de nível do Estado do Paraná.

- por meio de organizações de competições de abrangência municipais ou estaduais, a F.P.D.U. seleciona os atletas mais aptos para representarem o Estado em competições nacionais.

4 – A C.B.D.U. massifica o desporto de nível dos Estados e constitui os selecionados nacionais.

- por meio de competições nacionais a C.B.D.U. seleciona os atletas que comporão as delegações brasileiras em competições internacionais, a exemplo da “UNIVERSIADES”.



CAPÍTULO II

O DESPORTO UNIVERSITÁRIO PARANAENSE NO PERÍODO 1975-1993.

1 - A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO IDEALIZADO

Ao abordarmos no capítulo anterior o desporto universitário idealizado para o período estudado pudemos observar que o sistema proposto era de consistente coerência e aparente viabilidade de implantação. Entretanto, passaram-se 17 (dezesete) anos e, no estado do Paraná, apesar das varias iniciativas, não se verificou a implementação do projeto em sua plenitude.

Portanto, passaremos agora a elencar algumas constatações de relevante importância para esclarecer por que não foi possível a implantação do sistema em nosso Estado.

Nesse sentido, podemos considerar que existiam dois universos sob o ponto de vista da organização dos desportos universitários: as Universidades e as Faculdades Isoladas. É importante lembrar que a legislação da época previa a existência de somente uma Associação Atlética Acadêmica por Instituição de Ensino Superior, seja universidade ou faculdade isolada. No momento não entraremos no mérito de tal concepção e nos limitaremos a enumerar as causas do aparente fragilidade do desporto universitário no período. Para isso abordaremos primeiro o problema das Universidades e posteriormente das Faculdades Isoladas.

Nas universidades, constatamos que os principais óbices para a implantação das A.A.A. eram os seguintes:

- a) O Diretório Central dos Estudantes e os Diretórios Acadêmicos não possuíam estrutura material e recursos humanos para organizar o desporto de nível potencialmente disponível nas Universidades;
- b) As atividades competitivas nas Universidades eram geradas pelos departamentos de Educação Física;

- c) Algumas Universidades remuneravam seus professores quando participavam de competições, na qualidade de técnicos ou dirigentes, representando suas instituições;
- d) Na legislação vigente, a A.A.A. era desvinculada administrativamente da I.E.S., com personalidade jurídica própria, criando dificuldades para realizar a mesma remuneração;
- e) A desvinculação não obrigava o professor da I.E.S. a participar das atividades da A.A.A.;
- f) A falta de remuneração gerava o desinteresse dos professores na organização das equipes para as competições, o que, diga-se, não era tarefa fácil;
- g) A falta do apoio dos professores não permitia que os atletas da A.A.A. tivessem suas potencialidades desenvolvidas;
- h) O baixo rendimento alcançado pelos atletas levava o desporto universitário ao descrédito;
- i) A legislação previa que as I.E.S. deveriam estimular a implantação da A.A.A., o que acabava por gerar um desinteresse pela sua concretização, devido ao risco de terem que subsidiar as atividades das A.A.As.

Nas Faculdades:

- a) A atividade desportiva nas faculdades era, na sua essência, gerada pelos Diretórios Acadêmicos;
- b) Geralmente, o departamento de Educação Física não dispunha de número suficiente de pessoas e nem de meios para estruturar o desporto competitivo nas faculdades;
- c) A falta de orientação por profissionais habilitados acarretava aos acadêmicos um rendimento abaixo de seu potencial, tendo como consequência, o descrédito nas atividades desportivas universitárias;

- d) Legalmente, as A.A.A. eram pessoas jurídicas independentes dos D.A., gerando, portanto, conflitos e desavenças no meio da política estudantil, por representarem outro fator real de poder na I.E.S., além do Diretório Acadêmico;
- e) A legislação previa que as I.E.S. deveriam estimular a existência das A.A.A., gerando desinteresse pela sua concretização, devido ao risco de terem que subsidiar as atividades da A.A.A.

Obviamente, essas realidades apresentadas de forma alguma esgotam o assunto. A complexidade da atividade desportiva nacional fornecia e fornece material para se escrever vários volumes e certamente não esgotaríamos ainda o tema. Poderíamos começar pela reforma universitária de 1964, passarmos pela falta de lideranças estudantis capazes e abordarmos a falta de informação e esclarecimento da juventude daquela época, etc. Mas, pela experiência acumulada pelo autor durante aquele período, constatamos serem esses os pontos-chaves para que, através de debates, fossem solucionados e consolidadas as A.A.As. Os problemas complexos da organização desportiva nacional passariam, então, a planos inferiores, porque, quem gera a dinâmica da vida não são os organogramas e sim os homens que compõem os processos. No fundo o mais importante sempre foi o gerenciamento.

Outrossim, relevante enfatizar que quando nos referimos ao descrédito do desporto universitário estávamos nos referindo às dificuldades de obtenção de recursos para implementar o projeto. Isso é: o sistema não se implantava por que não tinha recursos financeiros e não tinha recursos financeiros porque o sistema não se implantava.

Ainda em relação às dificuldades para implantação do sistema é importante verificar que em outros estados da federação a situação não era muito diferente. A título de ilustração vejamos algumas conclusões divulgadas sobre o tema:

“A grande maioria das Associações Atléticas Acadêmicas está desativada devido: 1º - Falta de liderança; 2º - pouca disponibilidade de tempo do estudante; 3º - A infra-estrutura das universidades não contribui para haver essa disponibilidade; 4º - Falta de um maior intercâmbio e coesão entre os estudantes provocados, principalmente, pela infra-estrutura, com o sistema de créditos, das universidades.” (Revista da FUME, 1982, nº1, p.30, Belo Horizonte)

“Entre outros senões do Decreto, no que afeta ao desporto universitário, está o não ajustamento da estrutura das Federações e Associações Atléticas às mudanças de estrutura nas Universidades, decorrentes da reforma universitária, iniciada em 1964. Também fez inovações esquisitas, como a

de permitir que professores participem de entidades estudantis e que até assumam seu comando...” (Panorama dos Desportos Universitários Brasileiros, CBDU.)

“A realidade atual do desporto universitário mostra um quadro bizarro. A legislação apresenta falhas, além do que o descumprimento da mesma é impressionante. Grande parte das instituições de Ensino Superior, não cumprem a Lei, seja por “desconhecimento”, seja por receio de estimular o crescimento de entidades estudantis autônomas, essas instituições não fornecem os recursos necessários para criação e manutenção das AAA.s e em alguns casos até mesmo impedem sua criação ou funcionamento.” (Hatzidakis, 1992.)

Como pudemos verificar o modelo legal do projeto proposto encontrou dificuldades para sua implementação em todo território brasileiro. Entretanto, por outro lado, essa constatação serviu para desfazer alguns mitos a exemplo daquele criado em torno do desporto universitário, onde era identificado como instrumento do Governo Militar para alienação do estudante, bem como de desmobilização do movimento estudantil. Frise-se que tal estigma, produto de delírios conspiratórios, acabou por associar o desporto universitário a essa imagem, chegando aos tempos atuais as expressões de repúdio como a de que são “alienados e reacionários”, “somente preocupam-se em jogar bola”, “só querem fazer turismo”, “só querem beber e fazer farra” e por aí a fora.

Mesmo assim, algumas propostas eram apresentadas como possíveis soluções que poderiam facilitar em muitos a consolidação das A.A.A., como estas sugeridas para o estado do Paraná:

Nas universidades:

I - Nas particulares, através de doações de bolsas de estudos totais ou parciais, conforme o nível técnico do atleta. As bolsas poderiam originar-se nos órgãos públicos, na própria instituição de ensino, conforme portarias do MEC, e em empresas privadas através de convênios em troca de publicidade.

II - Nas públicas poderiam ser instituídas bolsas-atleta que se resumiam em ajuda de custo para atleta, podendo originar-se nos mesmos moldes que do item anterior.

Nas faculdades Isoladas:

I - A aplicação das possibilidades já citadas.

II - A concentração em determinadas atividades desportivas, como futebol, futebol de salão, voleibol, tênis de mesa, xadrez, etc., conforme o potencial existente.

Logicamente, as propostas citadas referiam-se mais ao desporto de nível. Entretanto, uma vez estando as AAA.s implantadas, massificando a atividade desportiva, seria mais fácil de se obter o elemento aglutinador dos itens necessários a uma AAA., ou seja: recursos financeiros. A partir de uma comissão executiva atuante, poderiam ser levantados fundos por meio de mensalidades, doações, rifas, patrocínios, shows, festas, publicidades e outros tão comumente utilizados em outras décadas.

Concluindo esse tópico podemos afirmar com toda certeza que o projeto idealizado não fora implementado por mera falta de vontade política.

2 - A FEDERAÇÃO PARANAENSE DE DESPORTOS UNIVERSITÁRIOS – F.P.D.U.

A história da FPDU, sem demérito a qualquer outra entidade co-irmã do Estado, é uma das mais belas e ricas em superação e abnegação de seus dirigentes e atletas. Vindos do esporte colegial ou de clubes o rendimento dos atletas ultrapassavam muitas vezes os seus limites, graças à vibração e estímulo propiciado pelos eventos universitários. A raça nas pelepas, o espírito de corpo, o amor à camisa de sua instituição sempre foram as marcas registradas das disputas universitárias. As condições de hospedagem, a precariedade dos transportes, a alimentação, as eventuais falhas na organização dos eventos, entre outros, nunca foram suficientes para abater o ânimo dos atletas universitários na busca da hegemonia na modalidade desportiva. Na história recente podemos citar a memorável vitória do voleibol feminino do Paraná, sobre o Rio de Janeiro, no JUB's de 1979, oportunidade em que desclassificou aquela representação que contava em sua formação com as lendárias Jaqueline e Isabel. Ou, o feito de Rogério Cherobim, quando em 1986, no Campeonato Brasileiro Universitário de Judô, em São Paulo, após ganhar ouro na sua categoria, pesado, derrotou na categoria absoluto o conceituado lutador Aurélio Miguel, e, um mês após, no Campeonato Mundial Universitário de Judô, também em São Paulo, repetiu o feito, conquistando de novo duas medalhas de ouro, desta vez para o Brasil, nas categorias pesado e absoluto ou, ainda, um pouco mais distante, o título de Campeões de Futebol nos JUB's de 1948, quando os paranaenses se impuseram sobre o esquadrão paulista até então imbatível. No entanto, é nos esportes individuais, através das marcas e recordes pessoais estabelecidos que melhor se verificam

tais superações. Muitas vezes a superação se apresenta na disputa de uma terceira colocação a exemplo da AAA Direito de Curitiba, no JUP's de 1983, quando arrebatou a medalha de bronze, em memorável disputa com a então poderosa Universidade de Londrina, ou em uma seletiva, como aquela enfrentada por José Flávio Egidio de Carvalho, no Rio de Janeiro, quando venceu por duas vezes, no mesmo dia, o Bi-Campeão Mundial Universitário de Tênis, o paulista Luiz César Barro, conseguindo assim representar o Brasil nos V Jogos Mundiais Universitários, em 1959, na cidade de Paris, França.

Da mesma forma, em relação aos dirigentes, cada evento realizado, cada participação em evento nacional concretizada, esconde em seus bastidores, atos de desprendimentos pessoais, atitudes, coragem, ousadia, criatividade, sacrifícios pessoais, camaradagem, persistência, solidariedade, enfim, a história da FPDU é de superações podendo ser sintetizada na expressão contida em matéria relacionada ao desporto universitário, publicada por volta de 1955, onde se dizia: **VENCEMOS PORQUE LUTAMOS! LUTAMOS PORQUE PRECISÁVAMOS VENCER!** (Jornal da Manhã, Ponta Grossa – Pr, 23 de julho de 1955)

Mas, se a FPDU gerou em seus quadros grande escol de dirigentes a exemplo de Arion Cornelsen e Bayard Osna (Presidentes do Curitiba Futebol Clube), Nelson Comel (jornalista até hoje ligado ao desporto amador), Luís Ferreira França Filho (Presidente da Federação Paranaense de Xadrez), Marcos Vinícius Rocha Moreira (Vice-presidente da Federação Paranaense de Handebol), Ney Pacheco (ícone no atletismo paranaense e benemérito do desporto universitário brasileiro), Haroldo Pacheco (Presidente da Federação Paranaense de Tênis de Mesa), Wilson Galvão do Rio Apa e José Secundino de Oliveira (mais tarde Vice-presidentes da CBDU), Douglas Julius Toppel Reinaldim (Diretor Técnico da CBDU), José Antonio Marquesine de Barros -“Juca Barros” (Presidente da Confederação Brasileira de Surf), Adalberto Luis Medeiros (Secretário de Esportes do Município de Curitiba) Edgar Hubner (idealizador e promotor da Curitiba Internacional Cup) Adir Romeu (expoente do ciclismo brasileiro), entre centenas de outros não menos importantes para a história do esporte amador paranaense, a mesma nunca se resumiu somente a nomes e quadros dirigentes.

É inegável pela experiência desportiva universitária que a pratica de esportes no meio universitário, aparentemente, prescinde da existência de uma federação uma vez que grande parte das competições entre os mesmos é realizada, das mais diversas formas, dentro das I.E.S.s, sem a interferência da F.P.D.U. Os jogos internos das universidades e faculdades sempre foram uma realidade e são implementados desde tempos remotos.

Logo então surge a questão! Para que serve uma Federação Desportiva?

Usualmente uma Federação Desportiva resulta de uma evolução na administração dos desportos uma vez que organiza e concentra as funções de captação de recursos financeiros para eventos de porte envolvendo os filiados, homologa e mantém marcas e recordes oficializados e atualizados, representa o segmento em outros estados e países e exerce imparcialmente a função disciplinadora em relação a atletas e filiados, além de manter registro dos mesmos, bem como se responsabiliza pelas arbitragens, cuidando da formação e qualidade de seus quadros. Portanto, sem a constituição de uma Federação não teríamos como organizar o desporto com a devida isenção necessária entre diferentes Instituições de Ensino Superior (I.E.S.).

A Federação Desportiva verifica as condições do atleta, se é universitário e se sofreu alguma punição em outra competição, da mesma forma em relação às entidades filiadas, mantém permanentemente um Tribunal de Justiça Desportiva e banco de dados referentes a ranking, marcas e recordes, organiza ou homologa as representações estaduais em competições nacionais e internacionais, controla e fiscaliza o uso de substâncias não permitidas aos atletas – DOPING, enfim, é a expressão mais pura da civilização em relação ao fenômeno social desportivo.

No entanto, não bastassem todas as atribuições mencionadas, é na estrutura de sistema que ela cumpre seu papel mais importante de assegurar a aplicação do critério do mérito desportivo para todos os participantes em competições universitárias. Melhor explicando vejamos esse exemplo: em 1987 a CBDU realizou um Campeonato Brasileiro de Futebol o qual seria utilizado para formar a seleção universitária brasileira que iria representar o Brasil nas Universíades de Zagreb, na Iugoslávia. A montagem da seleção paranaense ensejou alguns debates entre membros da diretoria uma vez que alguns defendiam a tese do envio de uma equipe existente na Universidade Federal, alegando entrosamento, visto que jogava junta a mais de um ano e, outros, a formação de uma seleção que oportunizasse a todos os paranaenses o sonho de ir para Zagreb. A segunda tese saiu vencedora. Não havendo tempo disponível para realização de um torneio estadual foi então organizada uma seleção do norte do Paraná, comandada pelo Prof. Otávio de Paula Nascimento, a qual enfrentou em Londrina uma seleção de Curitiba, convocando-se desse jogo uma nova seleção. A seguir, o Prof. Lair José Bersch, de Marechal Cândido Rondon, enviou para Curitiba uma seleção do oeste paranaense, a qual permaneceu em Curitiba, enfrentando a seleção formada pelos jogadores do norte e de Curitiba. Desses confrontos foi montada a seleção paranaense em cujo plantel continha jogadores de todos os cantos do estado, bem como a direção técnica ficou a cargo do Professor Otávio da U.E.L.. O Campeonato Brasileiro foi vencido pela

FUPE (São Paulo), a qual desclassificou o Paraná pelo placar de 1x0, ainda na fase inicial. Entretanto, a FPDU teve 04 (quatro) atletas pré-convocados para a seleção brasileira sendo dois de Curitiba, um de Londrina e um de Cândido Rondon. Os treinamentos da seleção brasileira foram em São Paulo sendo que somente o **atleta Elto Legnani**, de Cândido Rondon-Pr, conseguiu firmar-se no grupo e seguiu para Zagreb, na Iugoslávia, como zagueiro da Seleção Brasileira Universitária de Futebol. Como podemos verificar a seleção paranaense não atingiu seu objetivo que era conquistar o título de campeã brasileira, mas por outro lado, a FPDU cumpriu com o seu papel, enquanto federação, possibilitando àqueles que “lutaram bem” a irem em frente, no “case” apresentado, aos Jogos Universitários Mundiais-UNIVERSÍADES. Essa é a função de uma federação, manter sistema de canais que propiciem e estimulem a evolução técnica do atleta eis que assegurado se apresenta o critério do mérito desportivo.

Durante o período estudado presidiram a FPDU os seguintes universitários:

- 1975 Carlos Eduardo Martins Mercer (Educação Física Federal)
- 1976 Osires Alvim de Oliveira Junior (Engenharia Federal)
- 1977 Osires Alvim de Oliveira Junior (Engenharia Federal)
- 1978 Roberto Caldas Alvim de Oliveira (Direito Federal)
- 1979 Roberto Caldas Alvim de Oliveira (Direito Federal)
- 1980 Roberto Caldas Alvim de Oliveira (Direito Federal)
- 1981 Juraci Barbosa Sobrinho (Direito Federal)
- 1982 Luís Orlando Borges Albuquerque (Direito de Curitiba)
- 1983 Luís Orlando Borges Albuquerque (Direito de Curitiba)
- 1984 Lincoln Bettega Curial (Direito da Católica)
- 1985 Marcus Vinícius Rocha Moreira (Direito Federal)
- 1986 Francisco Carlos Nogueira (Direito de Curitiba)
- 1987 Francisco Carlos Nogueira (Direito de Curitiba)
- 1988 Francisco Carlos Nogueira (Direito de Curitiba)
- 1989 Gerson Salibian (Educação Física Federal)
- 1990 Gerson Salibian (Educação Física Federal)
- 1991 Gerson Salibian (Educação Física Federal)
- 1992 Manoel Tobias de Macedo Filho (Direito Federal)
- 1993 Manoel Tobias de Macedo Filho (Direito Federal)

* Nos anos de 1978, 1981 e 1985, o cargo de Presidente foi assumido interinamente.

3 - AS MANIFESTAÇÕES DO ESPORTE UNIVERSITÁRIO NO PERÍODO 1975-1993.

O ex-presidente do Comitê Olímpico Internacional, Juan Antonio Samaranch, ao encerrar seu mandato e passar o cargo, em 2001, deixou claro para quem quisesse ouvir: não se pode prescindir do apoio do Estado para realização de uma Olimpíada. Da mesma forma podemos afirmar que é imprescindível o apoio do Estado para realização do Desporto Universitário. As competições universitárias sempre foram marcadas pela escala. No Paraná, por exemplo, os Jogos Universitários Paranaenses reúnem nunca menos de 2000 (dois mil) atletas, sendo visitantes, dependendo do local de sua realização, cerca de 90% (noventa por cento) dos participantes. O transporte, a alimentação, hospedagem, arbitragem, etc..., por mais que sejam partilhados entre os participantes nunca deixa de consumir razoáveis investimentos público. Da mesma forma, quando o Estado do Paraná participa dos Jogos Universitários Brasileiros, a delegação paranaense apresenta-se completa, em todas as modalidades, oportunizando a todos os praticantes das diversas modalidades em disputa, a busca do aperfeiçoamento técnico, resultando em delegações nunca inferior a 150 (cento e cinquenta) atletas.

Diante de tal realidade é de causar espanto que um administrador público faça declarações como veremos a seguir: "... estaríamos agindo coerentemente com a postura assumida por esta pasta desde o início do Governo Álvaro Dias: a de que o Governo do Estado não pode ficar com a responsabilidade de promover eventos, já que existe uma federação especializada – a Federação Paranaense de Desportos Universitários – que deveria tomar a frente deste processo, inclusive buscando recursos junto à iniciativa privada".(Edson Gradia, Secretário Especial do Esporte e Turismo. Ofício n.0142/GAB/89.).

Da declaração acima citada nos é permitido fazer algumas análises que retratam bem aquele período. A Secretaria Especial do Esporte e Turismo era responsável pela promoção, por meio da Fundação de Esportes do Paraná, da qual o Secretário era presidente, dos Jogos Escolares do Paraná, Jogos da Juventude do Paraná, Jogos Abertos do Paraná – eventos

magnificamente organizados, além de montar as delegações paranaenses para os Jogos Escolares Brasileiros, Jogos da Juventude Brasileiros e, mais tarde, jogos abertos entre estados. Os recursos públicos investidos em tais eventos alcançavam cifras de grande monta dadas as escalas dos eventos. A declaração ora comentada foi feita em 1989, em resposta a um pedido de apoio da FPDU para realização dos XXXIX Jogos Universitários Paranaenses, os quais não se realizaram naquele ano justamente por falta de apoio do Estado. Apesar do ordenamento jurídico daquela época priorizar o desporto universitário ao menos em relação aos jogos abertos, ou, na pior das hipóteses, com uma parcela do investimento feito nos jogos escolares, uma vez que integrava o conceito de esporte estudantil, não são esses fatos que devem chamar mais a atenção. O que se observa em tal atitude é o início da implantação de um novo conceito de esporte no Brasil, o qual viria mais tarde, em 1993, receber tratamento legal por meio da Lei Zico, o qual nos referiremos oportunamente.

Entretanto, por ora utilizaremos a declaração somente para retratar a postura do Estado no período estudado.

Nesse sentido podemos dividir as manifestações esportivas universitárias no período estudado em duas fases, a primeira de 1975 a 1982, e de 1983 a 1993.

O período de 1975 a 1982, também conhecido como “geração Ney Braga,” foi marcado pelo forte apoio dado pelo Estado não só ao desporto universitário, mas também a toda forma de manifestação desportiva junto à comunidade. O estado chamava para si a responsabilidade de fomentação das atividades desportiva trabalhando em conjunto com as federações existentes no Estado, sem deixar de lado seu evento principal, os Jogos Escolares Paranaenses e Brasileiros, enfim buscavam a implantação do projeto nacional abordado no capítulo anterior. Uma frase do Secretário da Cultura e Esportes, em 1982, sintetiza o espírito dominante nessa fase: “... é, vocês são que nem os artistas a gente ajuda, ajuda, e depois vocês votam contra...” (palavras dirigidas pelo Secretário Luís Roberto Soares, em tom de brincadeira, ao Presidente da FPDU, após ter viabilizado a ida da delegação paranaense ao JUB’s de Recife – 82). Para o bom entendedor é perceptível que o mais importante era implementar o projeto e não instrumentalizar o Estado para fins políticos pessoais. Não que isso também não ocorresse, mas respeitava-se a orientação legal.

Por sua vez o período 1983/1993, foi marcada pela gestão do PMDB, onde os projetos para o esporte variavam ao sabor da equipe governante da moda. Maior o prestígio político maior o apoio recebido. Exemplos de tal conduta eram inúmeros.

Diante de tais circunstâncias, por tudo que já foi exposto no presente trabalho, não é difícil concluir que essa segunda fase, 1983/1993, foi de grande dificuldade para o desporto universitário paranaense, refletindo-se nas realizações de seus eventos, atingindo principalmente os Jogos Universitários Paranaenses, os quais ficaram sem serem realizados de 1987 a 1991, interrompendo-se uma tradição mantida desde 1941.

A importância de citar tais circunstâncias reside na necessidade de mostrar aspectos do cenário existente no período estudado, circunstâncias fatais para a realização ou não de um evento.

Podemos dizer que de 1975 a 1982, as atividades envolvendo a FPDU eram planejadas com antecedência, visto que o calendário do ano seguinte era remetido à Secretaria Estadual de Esportes, onde era analisado e enquadrado em um calendário geral, por exemplo, evitando-se a realização de eventos semelhantes em uma mesma data, bem como assegurando recursos para as competições prioritárias. A partir de 1983, a falta de uma política estadual de esportes levou à era dos improvisos. Nunca se sabia se tal evento iria realizar-se ou não, a não ser quando estivesse realizado. Somente o idealismo e a tradição fizeram com que o desporto universitário se manifestasse considerando que a maior dificuldade residia nos óbices políticos impostos pela administração estadual, diga-se, Secretaria Especial de Esportes, a qual chegou a negar empréstimos de colchões, praças de esportes, com as desculpas mais deslavadas quando para outras entidades eram graciosamente cedidas. A cada ano novas batalhas se sucediam, os aliados eram os mais diversos, o apoio dos desportistas do passado foi fundamental para manter acesa a chama do desporto universitário em nosso Estado. O prestígio de Ney Amintas de Barros Braga (Presidente na ocasião da Itaípu Binacional) e de Guilherme Lacerda Braga Sobrinho (Pró-Reitor de Assuntos Comunitários de UFPR) em muitas oportunidades foi decisivo para concretização de eventos, bem como de Maurício Hueb, quando no comando da Prefeitura de Curitiba, se pagaram alguns exemplos, mas eram vitórias de “Pirro”. A cada ano se multiplicavam as dificuldades, o cenário esportivo nacional vivia um momento de crise existencial, questionava-se tudo e não se planejava nada. Era cada um por si. Quem podia mais chorava menos, ou, melhor retratando, quem tivesse a chave do erário público chorava menos, de forma que, tirando tais circunstâncias, veremos o que foi realizado no período. Antes, entretanto, é importante conhecer o tratamento dado pela FPDU às diversas formas de manifestação do desporto universitário paranaense. A FPDU classificava seus eventos como de participação ou promoção, bem como de massificação e ou rendimento.

Quando a FPDU participava de um evento nacional o planejamento era diferente de quando organizava uma competição quer estadual ou nacional. A estrutura logística tinha de ser adequada a cada atividade. O emprego de meios e recursos humanos requeria um padrão específico.

Com relação aos objetivos de um evento a FPDU considerava de massificação àqueles que envolviam um maior numero de participantes sem prezar pelo nível técnico, a exemplo dos jogos realizados entre cursos. Já, os eventos de rendimento buscavam a obtenção de alto nível técnico, geralmente utilizados para formação de seleções estaduais como os Jogos Universitários Paranaenses. Evidentemente, o JUP's, além de produzir o desporto de nível, massifica e garante a aplicação do princípio do mérito desportivo.

A seguir passaremos a identificar as formas de manifestações do desporto universitário no período de 1975-1993.

JOGOS UNIVERSITÁRIOS PARANAENSES

Os Jogos Universitários Paranaenses - **JUPs** constituem a mais tradicional manifestação do esporte universitário em nosso Estado tendo sua primeira edição realizada em 1941, em Curitiba, oportunidade em que a AAA. de Medicina sagrou-se Campeã Geral do evento. As competições envolviam diversas modalidades esportivas e eram disputados pelas AAA.s instituídas por cursos de formação universitária. Curioso registrar que até final dos anos sessenta (60), a hegemonia desse evento era da AAA de Medicina ou da AAA de Engenharia, sendo que os quatro primeiros títulos foram conquistados ininterruptamente pela AAA. de Medicina, até quando, em 1947, a AAA de Engenharia, interrompeu a trajetória, sagrando-se Campeã Geral, alternando-se ambas a seguir, na conquista dos títulos. Decorre daí os embates entre as equipes da Engenharia e Medicina ganharem notoriedade, transformando a "Eng-Med" em um mito que alcança os dias de hoje. A rivalidade entre as duas equipes proporcionava belos espetáculos, mobilizando o mundo desportivo e a comunidade de Curitiba. Porém, à medida que os cursos superiores multiplicavam-se no Paraná, novas AAA.s passaram à participarem dos jogos chegando, em 1971 e 1972, a Escola de Educação Física-Curitiba, sagrar-se, seguidamente, Campeã Geral desse evento.

Em 1975, os Jogos Universitários Paranaenses já eram disputados por Instituições de Ensino Superior, permitindo-se, no entanto, a participação de AAA.s, independentes, como era o

caso da AAA. “Hugo Simas”- Direito Federal. Como já enfatizamos antes se tratava de um período de transição, passagem de um modelo de associações atléticas para outro. Na verdade, o sistema permaneceu híbrido e permanece até os dias de hoje.

Assim, tivemos as seguintes edições dos JUP's: em 1975 (XXVI), na cidade de Curitiba; 1976 (XXVII) em Curitiba; 1977 (XXVIII), em Maringá, sendo Campeão Geral a Universidade Estadual de Maringá; em 1978 (XXIX), na cidade de Londrina, sagrando-se Campeã Geral a Universidade Federal do Paraná; 1979 (XXX), em Arapongas, sagrando-se Campeã Geral a Universidade Estadual de Londrina; 1980 (XXXI), em Apucarana, sagrando-se Campeã Geral a Universidade Estadual de Londrina; em 1981 (XXXII), na cidade de Ponta Grossa, sagrando-se Campeã Geral a Universidade Estadual de Londrina; em 1982 (XXXIII), na cidade de Curitiba, sagrando-se Campeã Geral a Universidade Federal do Paraná; 1983 (XXXIV), na cidade de Curitiba, sagrando-se Campeã Geral a Universidade Federal do Paraná; 1984 (XXXV), na cidade de Curitiba, sagrando-se Campeã Geral a Universidade Estadual de Londrina; em 1985 (XXXVI), na cidade de Londrina, sagrando-se Campeã Geral a Universidade Estadual de Londrina; em 1986 (XXXVII), na cidade de Curitiba, sagrando-se Campeã Geral a Universidade Estadual de Londrina. A partir desses jogos ocorreu uma interrupção na realização desse evento, somente retornando em 1991, com oito participantes, sendo somente uma IES do interior do estado, a UNICENTRO. A Campeã Geral foi a Universidade Federal do Paraná. Até 1993, não existe qualquer registro da realização do evento.

Merece destaque o fato do processo de interiorização dos jogos que ocorreu em 1977, com a realização dos JUP's na cidade de Maringá, seguindo-se em outras cidades até, em 1982, retornar a Curitiba. Esse processo de interiorização fortaleceu muito o desporto universitário do interior e, em decorrência, do Estado do Paraná. A participação e a qualidade técnica atingiram excelentes níveis sem falar dos espetáculos proporcionados. Para se ter uma idéia, em Maringá, 1977, participaram 14 IES, totalizando 92 equipes inscritas em 17 modalidades. Em 1982, em Curitiba, cinco anos após, já eram 18 IES, totalizando 154 equipes inscritas em 18 modalidades. Observe-se que não era o numero de participantes que importava e sim a qualidade do material humano. Uma equipe de voleibol da Universidade Federal era produto da seleção de um universo aproximado de 15.000 alunos. Infelizmente o processo foi abortado a partir de 1986, pelos fatos já repetidamente abordados.

Participaram dos JUP's – Jogos Universitários Paranaenses, alternadamente, no período estudado, representações das seguintes Instituições de Ensino Superior:

I - DA CAPITAL

- a) Universidade Federal do Paraná;
- b) Universidade Católica do Paraná (PUC);
- c) Faculdade de Direito de Curitiba;
- d) Faculdade Católica de Administração e Economia (FAE);
- e) Fundação de Estudos Sociais do Paraná (FESP);
- f) Faculdade de Administração e Comércio Exterior do Paraná.(FACEX);
- g) Faculdade Evangélica de Medicina;
- h) Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Tuiuti;
- i) Academia Policial Militar do Guatupe;
- j) Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET);
- k) Faculdade de Educação Musical do Paraná;
- l) União Tecnológica do Trabalho (UTT);
- m) Faculdade de Ciências Humanas de Curitiba; e
- n) Faculdades Positivo.

II – DO INTERIOR

- a) Universidade Estadual de Londrina;
- b) Universidade Estadual de Maringá;
- c) Universidade Estadual de Ponta Grossa;
- d) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Arapongas;
- e) Centro de Estudos Superiores de Londrina (CESULON);
- f) Faculdade de Educação Física Norte do Paraná;
- g) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranavaí;
- h) Faculdade de Ciências e Letras de Jacarezinho;
- i) Faculdade de Ciências e Letras de Cornélio Procópio;
- j) Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Guarapuava;
- k) Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de União da Vitória;
- l) Faculdade de Ciências Econômicas de Apucarana;
- m) Faculdade de Ciências Econômicas de Cascavel;
- n) FUNDESCAM – Campo Mourão;

- o) Faculdade de Ciências Contábeis de Rolândia;
- p) Faculdade de Agronomia Luiz Meneghel – Bandeirantes;
- q) Fundação Faculdade Municipal de Marechal Cândido Rondon; e
- r) UNICENTRO.

Outrossim, merecem registro as participações da Universidade Estadual de Londrina e da Faculdade de Direito de Curitiba, ambas com as maiores frequências no evento.

JOGOS UNIVERSITÁRIOS BRASILEIROS

Segunda manifestação, em importância, do desporto universitário paranaense, os Jogos Universitários Brasileiros - **JUBs** são realizados anualmente em uma das capitais brasileiras reunindo seleções universitárias de cada estado-membro. Sua primeira edição data de 1935. Essa competição pouca sofreu solução de continuidade no período estudado. O Paraná esteve presente em todas as edições até 1990, quando deixou de ser realizado devido a desorganização do desporto nacional provocada pelas novas idéias em ebulição e transtornos causados pelo polêmico governo do Presidente Fernando Collor.

A importância desta competição para o estado do Paraná reside no fato de, historicamente, ser o segmento desportivo paranaense que melhores resultados apresenta desde 1940. O desporto universitário do Paraná sempre esteve entre os mais qualificados e competitivos do Brasil. Desde 1948, quando obteve a terceira colocação no geral, vem mantendo essa regularidade como veremos a seguir: em 1975, Maceió-AL, 6º lugar; 1976, Belo Horizonte-MG, 4º lugar; 1977, Natal-RN, 3º lugar; 1978, Curitiba-PR, 3º lugar; 1979, João Pessoa-PB, 3º lugar; 1980, Florianópolis-SC, 3º lugar; 1981, São Luís-MA, 2º lugar; 1982, Recife-PE, 3º lugar; 1983, Belo Horizonte-MG, 3º lugar; 1984, Natal-RN, 3º lugar; 1985, Goiânia-GO, 4º lugar; 1986, Maceió-AL, 2º lugar; 1987, Belém-PA, 2º lugar; 1988, João Pessoa-PB, 5º lugar; 1989, São Luís-MA, 3º lugar; e, em 1990, primeira etapa em Florianópolis, 3º lugar e segunda etapa no Rio de Janeiro.

OS JOGOS UNIVERSITÁRIOS BRASILEIROS EM CURITIBA.

A realização dos XXIX Jogos Universitários Brasileiros na cidade de Curitiba, em 1978, foi sem dúvida, a maior manifestação do desporto universitário paranaense no período estudado 1975-1993. Antes esse evento só tinha sido realizado na capital paranaense em 1948, sob o comando de Wilson Galvão do Rio Apa e, em 1966, sob o comando de Bayard Osna e Teócles Balarotti. Os JUB's de 1978 comandados por Roberto Caldas Alvim de Oliveira, reuniram em Curitiba cerca de 3.000 (três mil) universitários de todo o Brasil, propiciando a remodelação de vários equipamentos desportivos na cidade, como nos ginásios do Tarumã e Voleibás e a instalação no campus da Universidade Católica de uma moderna pista de atletismo entre outros. A organização impecável foi a marca dessa realização.

JOGOS UNIVERSITÁRIOS DE CURITIBA

Os Jogos Universitários de Curitiba - JUCs foram instituídos em 1974, na gestão de Antonio Alídio Vanucchi (Medicina Federal) e tinham como objetivo a realização de competições entre equipes formadas por cursos universitários das mais diversas instituições de ensino superior da capital, sem prejuízo da competição estadual (JUP's). A sua última edição foi levada a efeito em 1980.

JOGOS UNIVERSITARIOS DE CALOUROS

Os Jogos Universitários de Calouros era um evento previsto para ser realizado anualmente envolvendo equipes formadas por calouros dos mais diversos cursos da cidade de Curitiba.

JOGOS INTER-UNIVERSIDADES

Os Jogos Inter-Universidades era uma tentativa de preencher o calendário desportivo das universidades no segundo semestre, um evento de alto índice técnico, envolvendo as universidades estaduais de Londrina, Maringá, Ponta Grossa e a Católica e Federal de Curitiba. Esse evento teve apenas uma edição, em 1980, na cidade de Ponta Grossa, e contou com a

participação das universidades estaduais de Londrina, Maringá e Ponta Grossa. O evento também serviu de seletivo para a montagem das equipes que iriam representarem a FPDU nos Jogos Universitários do Sul, no mesmo ano. A UEM representou no futebol de Salão, handebol masc. e fem.; a UEL no voleibol masc. e fem. ; e a UEPG no basquetebol masc. e fem. Com essas equipes o Paraná sagrou-se Campeão Geral dos Jogos Universitários do Sul em 1980.

CAMPEONATO ACADÊMICO DE FUTEBOL

O Campeonato Acadêmico de Futebol foi um evento realizado em 1982, sob coordenação do Prof. Marco Antonio Cristovam, congregando equipes de 10 (dez) Instituições de Ensino Superior, da cidade de Curitiba, e foi vencido pela equipe da Universidade Federal do Paraná, comandada pelo Prof. Munir Kaluf, ficando com a segunda colocação a Faculdade de Administração e Economia (FAE). O evento teve somente essa edição.

CAMPEONATO UNIVERSITÁRIO METROPOLITANO DE BASQUETE

O Campeonato Universitário de Basquete foi realizado em 1990 e 1991, sob o comando do Prof. Fernando Sanches, e reuniu equipes de vários cursos universitários da cidade de Curitiba, sendo que o curso de Engenharia Mecânica da Universidade Federal do Paraná sagrou-se campeã em 1990 e o de Educação Física, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, em 1991. Apesar do sucesso do evento o mesmo não foi mais realizado.

JOGOS UNIVERSITÁRIOS ABERTOS METROPOLITANOS

Os **JUAM's**, foi uma competição realizada no segundo semestre de 1986, entre cursos das diversas IES da cidade de Curitiba, por isso o nome abertos, e com a intenção de realizar alguns jogos nas cidades da região metropolitana de Curitiba. O curso campeão geral dos jogos foi a Engenharia Industrial Elétrica-CEFET, seguindo-se Educação Física da PUC e Engenharia Agrônômica da UFPr. Apesar do sucesso teve somente essa edição.

JOGOS ABERTOS UNIVERSITÁRIOS DE CURITIBA

Os JAUC's, foram realizados entre equipe de diversos cursos da cidade de Curitiba, não se diferenciando muito dos JUAM's e JUC's. Os nomes utilizados eram uma forma de não se chocar com a legislação existente uma vez que não era permitida a criação de AAA. por cursos. Os JAUC's foram realizados em 1989, 1990 e 1991.

JOGOS UNIVERSITÁRIOS DO SUL

Os JUS's. – Jogos Universitários do Sul, é uma competição realizada entre as Federações Universitárias do Rio Grande do Sul (FUGE), Santa Catarina (FCDU), Paraná (FPDU), e , eventualmente, São Paulo (FUPE). A primeira edição ocorreu em 1951, em Florianópolis-SC, com os paranaenses obtendo o título geral. A segunda edição foi em 1957, também em Florianópolis-SC e, em 1959, na cidade de Curitiba-PR, com os paranaenses mantendo a hegemonia. No passado recente foi realizado em Florianópolis-SC, em 1978, sendo a ultima edição realizada em Curitiba-PR, em 1980, com vitória geral dos paranaenses os quais mantém até hoje (2003), em Curitiba, o troféu de posse transitória.

CAMPEONATOS BRASILEIROS DE MODALIDADES

Os campeonatos brasileiros isolados foram uma alternativa para realização de competições nas modalidades não ofertadas no JUB's, bem como para realização de seletivos para campeonatos mundiais. A FPDU participou, no período estudado, do V e VI Campeonatos Brasileiros de Judô, em Brasília-1983, e São Paulo-1986, bem como do V Campeonato Brasileiro Universitário de Futebol, no Rio de Janeiro-1987. Em 1988, participou em São Paulo do Campeonato Brasileiro de Karate e, no ano seguinte, 1989, sob o comando de Cláudio Maia, realizou o II Campeonato Universitário Brasileiro de Karate, em Curitiba, Paraná.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já enfatizamos no início, pesquisar sobre as manifestações desportivas relacionadas à FPDU não é tarefa fácil a não ser que se tenha vivido intensamente as suas atividades. Assim como a conturbada década de sessenta desorganizou as atividades da entidade, deixando poucos registros daquele período, também após 1993, as dificuldades para se resgatar a história não é muito diferente. A partir de 1993, com a entrada em vigência da Lei Zico, a qual revogou o ordenamento jurídico referente a organização desportiva nacional e, em seu lugar, instituiu outra, de cunho mais liberal, o desporto universitário paranaense entrou em colapso. O conceito de esporte preconizado na Lei Zico trazia a idéia de esporte empresarial, onde o desporto não tinha mais a conotação de formação e estímulo a vida saudável e sim a de indústria de entretenimento. O objetivo da atividade desportiva no país passou então a girar em torno de mídia. O Estado dirigiu a sua estrutura para fomentar as iniciativas no campo da iniciativa privada. Os eventos passaram a ter uma só orientação: gerar lucros. A tradição, o esporte de formação, passou à segundo plano. O sistema de esporte estatal virou a indústria das diárias. Só se faz evento mediante compensadora remuneração dos membros das comissões organizadoras. O atleta passou a ser definitivamente um objeto de consumo: “vale enquanto vale”.

A falta de uma Política Nacional de Esportes no país levou a uma desorientação das entidades vinculadas às estruturas até então estabelecidas, atingindo principalmente o desporto educação. Mas não foi só esse segmento atingido. O futebol profissional, com o fim da lei do passe, teve a falência de muitos clubes, comprometendo inclusive as suas estruturas de base - as escolas formadoras desses clubes, uma vez que as dificuldades de ressarcimento pelos investimentos feitos em um jovem ficaram mais difíceis. As organizações estaduais dos esportes amadores se esvaziaram. Resumindo, a atividade desportiva no Brasil atingiu um complexo grau do capitalismo, conceituado por alguns como uma desorganização organizada. Observe-se para tanto, a “Lei Piva”.

Por outro lado, inegável é que a atividade desportiva requer novas fontes de financiamento, haja vista, a detecção de mais de 100 (cem) modalidades esportivas em atividades no país, diuturnamente competindo por verbas oficiais. A busca do modelo ideal ainda esta longe de terminar. Cada fórmula proposta atende a determinadas necessidades, privilegiando alguns

segmentos, gerando efeitos colaterais, muitas vezes, irreversíveis para uma geração marginalizada pela política dominante.

No entanto, apesar desse quadro caótico, no final da década de 90, a FPDU retomou suas atividades, culminando com a realização, em 2003, dos Jogos Universitários Brasileiros, na cidade de Curitiba-PR, sob o comando de Rodrigo Schimdt (Presidente da FPDU), contando com o apoio do Governador Roberto Requião e o Prefeito de Curitiba, Cássio Taneguchi e com o empenho pessoal de Maurício Requião (Secretário de Estado da Educação do Paraná e medalha de ouro nos JUBs de 1974 – atletismo, arremesso de martelo) e Maurício Eduardo de Sá . Ferrante (Procurador Geral do Município de Curitiba e medalha de bronze nos JUBs de 1981 – futebol de salão). Certamente esse período deverá ser objeto de outro estudo futuro.

Fazendo uma leitura histórica da Federação Paranaense de Desportos Universitários, enquanto manifestação do desporto universitário paranaense por mais de sessenta anos, pode-se afirmar que sempre será dotado de vida eterna. O desporto universitário tem alma. A exemplo de uma “Harley Davidson”, um “Land Rover”, o desporto universitário pode não ter a melhor tecnologia, pode não ter a maior potência, porém, enquanto se testam vários modelos novos ele vai escrevendo a sua história e atravessando os tempos.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Luís O. B., Aspectos do Desporto Universitário Paranaense. Curitiba-Paraná. 1983. Monografia.

BRASIL. Constituição Federal, 05 de outubro 1988.

BRASIL. Decreto Federal nº 80.228 de 25 de agosto de 1977.

BRASIL. Decreto-Lei Federal nº 3.617, de 15 de setembro de 1941.

BRASIL. Lei Federal nº 6.251 de 08 de Outubro de 1975.

BRASIL. Lei Federal nº 8.672 de 06 de julho de 1993. (Lei Zico)

BRASIL. Portaria nº 001 de 07 de abril de 1982, da Secretaria de Educação Física e Desportos do Ministério de Educação e da Cultura.

HATZDAKIS, Georgios S., Perfil da Atividade Esportiva Principal de Atletas Universitários Participantes de Competições Esportivas Universitárias Oficiais. 1992. São Caetano do Sul-SP. Monografia.

PINTO, Agerson Tabosa, Panorama do Desporto Universitário no Brasil. Fortaleza-Ceará. Sem data.

VASCONCELLOS, Osny. Origens do Movimento Esportivo Moderno. Curitiba-Paraná. Sem data.